

## UMA LUTA OPERÁRIA

Soraia Ansara\*

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo apresentar o legado de uma greve operária que durou sete anos (de 1962-1969) no período da ditadura militar no Brasil, destacando a resistência dos trabalhadores do bairro de Perus, localizado na periferia de São Paulo. Este estudo refere-se à dissertação de mestrado intitulada “Repressão e lutas operárias na memória coletiva da classe trabalhadora em São Paulo” na qual analisamos a memória coletiva de diferentes gerações que não viveram o período da greve: netos dos operários, lideranças sindicais e comunitárias atuais. Ao longo deste texto foi apresentado um breve histórico das greves no Brasil e como se deu a luta dos operários da Fábrica de Cimento Perus Portland, conhecida como a “Luta dos Queixadas”,<sup>1</sup> destacando-se o legado da greve como uma memória da organização e resistência dos operários. Investigando esse movimento deu-se conta de como, no decorrer dos anos, este movimento operário – demarcado pelo conflito e enfrentamento contra empresário, justiça do trabalho e governo - marcou a história do bairro e, principalmente, a vida das pessoas, influenciando as gerações que se seguiram e se transformando, inclusive, em princípio ético de novas gerações.

**Palavras-chave:** Consciência Política. Greves. Movimento Operário. Memória Coletiva. Resistência.

**Abstract:** The present article analyzes the legacy of a workers’ strike that lasted seven years (1962-1969) during the period of the military dictatorship in Brazil, emphasizing the workers’ resistance in a working class neighborhood (Perus), localized in the outskirts of the city of São Paulo. The study is the result of a master’s thesis titled “**Repression and Workers’ Struggles in the Collective Memory of the Working Class in São Paulo**”, in which is analyzed the collective memory of different generations who did not experience the period of the strike: current community and union leaders and the strikers’ grandchildren. This text contains a brief history of strikes in Brazil and how the struggle of the workers at the Perus Portland Cement Factory, known as the “Queixadas’

\* Mestre e Doutora em Psicologia Social pela PUC-SP, Professora Titular II da Uniradial/Estácio e Educadora do Centro Cida Romano do Instituto Sedes Sapientiae.

<sup>1</sup> “Queixadas” significa porcos do mato que, ao perceberem o perigo, reúnem-se em manadas, obrigando o inimigo a refugiar-se.

struggles”<sup>2</sup> came about and developed, emphasizing the legacy of the strike as it was preserved in a memory of the organization and resistance of the workers. Through the investigation of this movement, the author became aware of how, throughout the years, this workers’ movement – marked by conflict and confrontation with businessmen, labor courts and the government – imprinted the history of the neighborhood and, mainly, the lives of the people, influencing the generations that followed and also becoming an ethical point of reference for new generations.

**Keywords:** Strikes. Workers’ movement. Collective memory. Resistance.

Ao longo dos vinte anos de ditadura militar no Brasil, sobretudo nos períodos de maior endurecimento dos aparelhos repressivos – nos quais houve um declínio dos movimentos de resistência – a repressão não conseguiu “calar” a oposição. Os trabalhadores organizados em sindicatos ou organizações paralelas tiveram participação ativa por meio das greves e das mobilizações de protestos, deixando evidente o descontentamento com as políticas implementadas pelo Estado e pelos empresários. Um breve histórico das greves no Brasil oferecerá uma visão da atividade grevista dentro do contexto da repressão e a importância da greve dos operários da Fábrica de Cimento Perus-Portland, conhecida como a greve dos Queixadas.

Um estudo feito por Sandoval (1994b) sobre as greves aponta que estas se concentravam nas regiões mais desenvolvidas industrialmente, particularmente no Centro-Sul do país que compreende os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Elas se tornam frequentes de 1945 a 1963, tendo um crescimento a partir da segunda metade da década de 50, atingindo seu auge no ano de 1963. O número de greves crescia em função da acelerada industrialização, do crescimento da desnacionalização e do aumento da inflação.

Nesse período, a greve, considerada de massa, tinha o objetivo de garantir benefícios econômicos e políticos aos trabalhadores por meio de decretos governamentais. As greves de categoria única limitavam-se a negociações mais localizadas entre empregados e empregadores e geralmente eram centradas no cumprimento de cláusulas contratuais.

Com o golpe de 1964, houve um declínio drástico das greves. A política instituída pelo governo, com o propósito de controlar a inflação, levou ao rebaixamento de salários, ao enfraquecimento do poder político dos trabalhadores e à repressão intensiva sobre os líderes sindicais de esquerda, grande parte deles depostos de seus cargos em virtude da intervenção do Estado nos sindicatos. Segundo Alves (1984), nos primeiros anos de governo militar mais de 483 sindicatos, quarenta e nove federações e quatro confederações ficaram sob intervenção.

---

<sup>2</sup> “Queixada” refers to wild hogs who when they sense danger, join together in a herd forcing the enemy to flee.

Sandoval (1994b) aponta algumas medidas que foram incorporadas à lei trabalhista e que limitavam a mobilização dos trabalhadores restringindo sua atividade sindical: o governo regulamentou as condições sob as quais se poderia entrar em greve: se os empregadores deixassem de observar acordos sancionados pelos tribunais de trabalho e se não pagassem os salários atrasados – outros motivos para realizar greve seriam considerados ilegais. Além disso, o sistema de estabilidade foi substituído pelo FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e os aumentos de salários deixavam de ser negociados entre empregados e empregadores e o tribunal de trabalho, mas determinado pelo Ministério do Trabalho.

Em 1965, encontram-se alguns sindicatos que começam a reivindicar aumento no piso salarial. É interessante notar que, no período de 1967 a 1973, as reivindicações ficam muito localizadas, restritas ao âmbito da fábrica (SANDOVAL, 1994b).

O destaque desse período foram as greves de Contagem (MG) e Osasco (SP) que ocorreram em 1968. Em Contagem, o protesto foi contra a queda do salário real e a reivindicação era 25% de aumento. Os trabalhadores rejeitaram os 10% propostos, a polícia ocupou a fábrica e os patrões ameaçaram de demissão os trabalhadores. Dois meses depois em Osasco, explodiu outra greve. Nessa greve, os trabalhadores reivindicavam 35% de aumento, contrato de dois anos e reajustes trimestrais e protestavam contra a lei antigreve do governo e o FGTS. A greve de Osasco, segundo Skidmore (1989), preocupou o governo, uma vez que o Sindicato assumiu a responsabilidade do movimento e isso poderia ser exemplo para outros sindicatos. Como resposta à greve, o governo interveio no Sindicato de Osasco e seu presidente teve que fugir. A polícia ocupou a fábrica prendendo em massa os trabalhadores, inclusive submetendo alguns à tortura.

Em 1972, a paralisação da Ford de São Bernardo contra as excessivas horas extras e baixos salários forçou a assinatura de um acordo, o primeiro desde 1964. No mesmo ano, a eleição da oposição no Sindicato dos Metalúrgicos no Rio de Janeiro provocou a intervenção e anulação das eleições. Aconteceram ainda alguns movimentos esporádicos: a paralisação da General Motors e o boicote às horas extras por duas semanas na Volkswagen.

Já na fase de abertura política as greves começaram, pouco a pouco, a ter um crescimento. Em 1975 – a Wallig de Porto Alegre paralisou suas atividades por várias horas. A General Motors em São José dos Campos realizou – ao longo de vinte dias – operações tartarugas esporádicas pelos baixos salários negociados.

Em 1978, houve uma explosão de greves lideradas pelos sindicatos do ABC – protestos contra os baixos salários, alto custo de vida e liberdade de organização. Em 1979, as greves decresceram em número total, mas dobraram em número de grevistas. As greves ganharam força e intensidade.

Apesar de ser um ano de “abertura política”, nesse período, muitas greves foram declaradas ilegais ficando vários sindicatos sob intervenção. Em 1989, os trabalhadores metalúrgicos do ABC permaneceram quarenta e um dias em greve, apesar da intervenção no sindicato, da prisão de seus principais líderes sindicais e da violenta repressão policial que se desencadeou sobre os grevistas.

A onda de greves foi crescente e, embora a incidência maior fosse na região metropolitana de São Paulo, a partir de 1979, elas se estenderam para o interior de São Paulo, ampliando-se em 1980 por todo o país, à medida que crescia o descontentamento das classes trabalhadoras, conforme nos aponta Sandoval (1994b).

#### A LUTA DOS OPERÁRIOS DA FÁBRICA DE CIMENTO “PERUS”: A GREVE DOS QUEIXADAS

Nesta seção, percorrer-se-á um pouco da história – já escrita – sobre a luta dos operários da Fábrica de Cimento Perus, que foi objeto da pesquisa sobre a memória coletiva de netos de grevistas, lideranças sindicais e comunitárias que atuam nos Movimentos Sociais e em Comunidades Eclesiais de Base.

Construída em 1925 e inaugurada no ano seguinte, a Companhia Brasileira de Cimento Perus Portland (CBCPP) foi uma das primeiras fábricas no Brasil, sendo um empreendimento resultante de um consórcio entre comerciantes canadenses representados pela Drysdale y Pease (Montreal) e brasileiros ligados à Companhia Industrial e de Estrada de Ferro Perus-Pirapora. Sua fundação data de um momento específico da industrialização brasileira.

Naquela época, como aponta Paoli (1992), não existia uma legislação específica para garantir os direitos dos trabalhadores, o que havia eram decretos esparsos que regulamentavam alguns aspectos do trabalho, como limite de idade para admissão em determinadas indústrias, jornada noturna e incentivo para construção de habitações proletárias.

Como outras indústrias grandes da época, a empresa oferecia a seus operários moradias com infra-estrutura (água, esgoto, energia elétrica) a preço simbólico. A CBCPP instalou-se no bairro de Perus, a trinta quilômetros do centro de São Paulo, construindo em seu entorno algumas vilas operárias, como Vila Triângulo, Portland e Vila Nova.

A presença da Fábrica no bairro contribuiu para crescimento de várias áreas que foram loteadas, tendo sido construídas várias vilas como Vila Hungareza ou Margarida, Vila Fontão, Vila Triângulo, Vila Nova – vilas essas habitadas, inicialmente, por trabalhadores da fábrica.

Os trabalhadores vinham de diferentes regiões de São Paulo (Água Branca, Lapa, Pirituba, Jaraguá), como também de vários estados brasilei-

ros (Bahia, Pernambuco, Paraíba, Minas Gerais e Rio de Janeiro), além de trabalhadores estrangeiros (provenientes da Itália, Portugal, Hungria, Alemanha, Espanha, Argentina Iugoslávia, Rússia, Inglaterra, EUA). A presença de estrangeiros, nos primeiros anos da companhia, justificava-se em função da necessidade de trabalhadores especializados em determinadas funções (PAOLI, 1992).

Por volta dos anos 40, teve início o movimento dos Trabalhadores da Companhia Brasileira de Cimento Portland (CBCPP). Eles constituíram o *Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Cimento Cal e Gesso* e, em 1946, fizeram a primeira greve. Em 1950, a empresa passou para a iniciativa privada tendo como proprietário J.J. Abdalla que assumiu o controle da companhia. Em 1954, a fábrica tinha cerca de mil trabalhadores que se dividiam entre São Paulo, onde se localizavam a fábrica, e Cajamar, distante vinte quilômetros de Perus, onde se localizavam as jazidas de pedra para fabricação do cimento. Em fins desse mesmo ano, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cimento, Cal e Gesso passou a ter assessoria jurídica do advogado Mário Carvalho de Jesus, que não só acompanhava as causas trabalhistas, mas propunha uma nova maneira de luta baseada na “não violência ativa” – que posteriormente se chamaria “Firmeza Permanente” (JESUS, 1977).

Em outubro de 1958, os trabalhadores fizeram uma greve que durou quarenta e seis dias reivindicando 40% de aumento de salário. Em 1959, foram dispensados oitenta empregados com mais de nove anos de serviço para impedir que atingissem os dez anos de casa e ganhassem estabilidade, conforme a lei lhes garantia. Desde então, aconteceu uma seqüência de lutas: pela estabilidade, pelo salário família, pelo prêmio-produção, pela casa própria (ao redor da fábrica). Todas as reivindicações foram marcadas por um tipo de enfrentamento diferente, que se baseava na orientação da “não violência ativa”,<sup>3</sup> cujo lema era resistir, sem usar de violência, o que significava não aceitar nenhuma provocação por parte da polícia.

Essa forma de luta deu origem ao nome “*Queixadas*”, nome este atribuído aos trabalhadores e que significa *porcos do mato que, ao perceberem o perigo, reúnem-se em manadas, obrigando o inimigo a refugiar-se*. O “Sindicato dos Queixadas” – como passou a ser conhecido – chegou a sindicalizar 99% dos trabalhadores assalariados. No período de 1954 a 1961, foi criada a cooperativa do “Queixada” com a finalidade de ajudar os companheiros que tivessem algum problema de família.

Os Queixadas, em 1959, além de suas reivindicações na fábrica, solidarizavam-se com outras categorias ajudando-as nas greves da Rhodia, da

<sup>3</sup> Esse princípio da não violência ativa foi utilizado por outros movimentos sociais na época, entretanto, como aponta Ansara (2004) “havia um estilo próprio assumido pelos Queixadas que, posteriormente, foi denominado *Firmeza Permanente*. Esta proposta, inspirada na filosofia de Gandhi e fundamentada em valores evangélicos, tinha como princípio a resistência dos trabalhadores e a eficácia da não-violência.” (p. 129).

Fiação de Tecelagem Santo André, da Usina Miranda. Seu estilo de luta inspirou a formação da Frente Nacional do Trabalho (FNT) – criada em 1960 – que procurava defender todas as categorias sindicais, por meio do assessoramento jurídico e formação de lideranças sindicais.

Em 1962, os trabalhadores da Companhia Perus-Portland iniciaram um movimento grevista que se estendeu até 1969. O movimento reuniu, no início, quatro sindicatos: Alimentação de Pirajuí, Têxteis de Jundiaí, Papel e Papelão de São Paulo e os Queixadas de Perus, num total de 3.500 trabalhadores que apresentavam reivindicações comuns não atendidas pelo mesmo empregador: o grupo Abdalla. Esse grupo era proprietário de um grande complexo industrial, bancário e agropecuário, além de ter referências políticas que lhe davam certas regalias junto ao poder público, conforme aponta Gonçalves (1989).

Durante os sete anos de greve, os trabalhadores fizeram diversas campanhas para angariar fundos, atividades que envolviam mulheres e filhos. As mulheres dos grevistas organizaram também uma cooperativa de costura para cobrir a ausência dos salários. Além disso, os Queixadas receberam recursos de algumas autoridades que eram simpáticas à causa dos trabalhadores. Vale assinalar que o estilo de luta desses operários sensibilizou a opinião pública da época, que passou a apoiá-los. Esse período, em contrapartida, foi de grande repressão por parte do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e da polícia. O DOPS, como forma de intimidação, realizava várias “visitas” à casa dos operários (PAOLI, 1992). Com o golpe militar de 1964, o Sindicato dos Queixadas foi um dos primeiros a ficar sob intervenção e seus dirigentes sofreram inquéritos e prisões.

Em 1967, os operários conseguiram a estipulação de multa diária para reajuste dos salários. Isso repercutiu na imprensa e no sindicalismo. Obtiveram ainda o direito de greve, garantido pelo governador do Estado. Em 1969, dos quase mil grevistas, 309 operários estáveis foram reintegrados com direito a receber os salários dos sete anos de greve.

Os Queixadas continuaram a luta denunciando as fraudes e a corrupção e reivindicando a co-gestão da fábrica. As denúncias eram contra as infrações cometidas por J.J. Abdalla: contra a legislação, a burla dos direitos trabalhistas, entre outras, conforme aponta Gonçalves (1989).

Os inúmeros processos abertos contra o grupo Abdalla tiveram como resultado, no ano de 1973, o confisco parcial dos bens da Fábrica de Cimento. A União passou a administrar a fábrica. O empresário permaneceu com a posse das pedreiras, vendendo a pedra superfaturada. Isso mobilizou novamente os trabalhadores que, em 1974, pediram ao presidente Geisel, por meio de abaixo-assinado, que fosse efetivado o confisco total, o pagamento dos salários em atraso e a instalação de filtros na fábrica para acabar com a poluição provocada pelo pó de cimento (PAOLI, 1992).

Em 1974, o sindicato sofreu nova intervenção que perdurou até o ano de 1977, sendo seu advogado Mario Carvalho de Jesus, enquadrado na Lei de Segurança Nacional (LSN). O sindicato, junto com a Frente Nacional do Trabalho (FNT), denunciou o governo brasileiro pela violação do direito de organização sindical dos trabalhadores, encaminhando a denúncia à Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em 1976, a OIT interpelou o governo brasileiro, que suspendeu a intervenção de seis sindicatos, entre eles o dos Queixadas.

A greve dos sete anos,<sup>4</sup> que terminou em 1969, foi julgada, no âmbito jurídico, várias vezes e finalmente, em 1975, o governo federal pagou os salários do período de greve – 2448 dias. Os operários saíram vitoriosos, tendo o patrão, J.J. Abdalla, seus bens confiscados pelo Estado. Os operários juntaram-se à população de Perus para lutar contra a poluição, exigindo equipamentos para a eliminação do pó que saía da fábrica.

Em 1981, o governo federal, com o objetivo de ter suas dívidas resarcidas, colocou a fábrica em concorrência pública. A iniciativa privada, procurando reforçar a baixa do preço que o governo propôs, não participou do leilão. O grupo Abdalla associou-se ao grupo Sérgio Stefano Choffi, apresentando a única oferta. Os herdeiros de Abdalla conseguiram, dessa forma, recuperar a fábrica.

Em 1983, a administração da Fábrica de Cimento Perus decidiu encerrar as atividades da pedreira, dispensando cerca de 170 operários, e passou a comprar o clínquer<sup>5</sup> (pedra calcinada) da Fábrica de Cimento Santa Rita (multinacional). Em 1984, o fornecimento de clínquer foi suspenso pela Fabrica Santa Rita, interrompendo a moagem. A partir daí, a falta de matéria prima fez que a fábrica paralisasse suas atividades inúmeras vezes.

A luta dos Queixadas foi além das simples reivindicações trabalhistas, era uma luta contra as leis trabalhistas injustas e contra as fraudes e corrupção e de solidariedade a outras categorias sindicais. Os anos 80 foram marcados pela denúncia do cartel de cimento e pela luta junto a outros segmentos da sociedade, como, por exemplo, os sem teto. A proposta dos trabalhadores era de autogestão da fábrica e o objetivo era garantir cimento mais barato para a construção de casas para a população que morava em barracos. Pouco a pouco, a constante falta de matéria prima levou ao fechamento definitivo da fábrica em 1986.

Os aposentados (ex-operários) incorporaram a luta pela preservação da ferrovia que ligava a fábrica às jazidas de pedra e do seu acervo (1987), propondo em 1989 o tombamento da Vila Triângulo (área da antiga Fábrica de Cimento); em 1990, participaram da oficina de memória desenvolvida

<sup>4</sup> Existem várias publicações (cartilhas ou revistas) – que não se encontram em outros acervos - disponíveis para consulta na Sede do Sindicato de Cimento, que foi tombado como patrimônio histórico.

<sup>5</sup> Clínquer: produto resultante da mistura de pedra e argila trituradas e calcinadas (a 1500°C), matéria prima para a produção de cimento.

com a assessoria técnica do Departamento de Preservação Histórica (DPH), sob a orientação da professora da USP Maria Célia Paoli, que tinha o objetivo de assessorar os ex-operários e membros de diferentes movimentos populares do bairro na organização e sistematização dos seus arquivos para preservação de sua memória.<sup>6</sup>

#### A GREVE COMO MEMÓRIA HISTÓRICA

Como já se apontou em outras publicações “o que nos levou a estudar este movimento foi o fato de ter sido um movimento grevista de operários que perdurou sete anos ao longo da ditadura militar no Brasil (1962-1969). Um movimento que não se intimidou nem mesmo com o endurecimento do Regime Militar” (ANSARA, 2004, p.125) demonstrando capacidade de mobilização e organização para manter uma greve durante tantos anos. Luta e resistência marcam a trajetória deste movimento organizado e mantido por sua “firmeza permanente”. Essas características reaparecem na memória coletiva de netos dos Queixadas, de lideranças que atuam ainda hoje no Sindicato de Cimento e de lideranças comunitárias do bairro.

Nesta seção será apresentada a greve como memória histórica mostrando-se que na memória dos nossos entrevistados a resistência dos trabalhadores se sobrepõe à repressão política da época. Por isso lançou-se mão de alguns aspectos da memória social, que foram conservados e mantidos pelas lideranças e netos e o impacto que essa greve causou na vida das pessoas e nos seus grupos de pertença. Para usar as palavras de Bosi (1979), destacou-se aquilo que os sujeitos escolheram para perpetuar na sua história e que está presente nas suas lutas e relações interpessoais com as instituições, a família, a escola, a comunidade, o sindicato.

Cabe ressaltar que, após mais de trinta anos da greve dos Queixadas, esse evento não “caiu” no esquecimento e de diferentes formas é ressignificado nos dias atuais, seja pelo que se ouviu falar, seja pela vivência familiar, comunitária ou política ou, ainda, pela permanência da fábrica no bairro (ANSARA, 2000, 2001, 2004). O mesmo não se pode dizer da repressão daquele período em que ocorreu a greve. Apesar de a greve ter ocorrido num contexto de repressão política, a repressão não está tão presente na memória quanto está a luta vitoriosa dos operários. Aqui entra um aspecto que confirma que a memória coletiva é muito mais reconstrução do que evocação, como afirma Desiré Rounstan (apud HALBWACHS, 1990, p. 37), que diz que 99% da memória é reconstrução e 1% é evocação ver-

<sup>6</sup> O DPH, na ocasião, organizou um curso de orientação para agentes populares de Perus, através da SMC. Ver Revista do Arquivo Municipal n. 200, 1991 – Memória e Ação Cultural – PMS/SMC/DPH. Neste mesmo ano a Fábrica foi tombada como Patrimônio Histórico.



dadeira. O período de repressão vivido parece não ter significado para os que “não sabem” ou não sentiram o que é viver sob repressão militar. Lideranças comunitárias e netos não fizeram nenhuma referência à repressão, confirmando que os significados que se atribuiu aos eventos do passado traz consigo experiências vivenciadas no presente.

O tempo presente marca a memória, ou seja, são com os elementos vividos no presente que as pessoas ressignificam a greve dos Queixadas, portanto, greve, luta por direito, dificuldades com emprego, dificuldades familiares são significados que fazem parte do universo dos entrevistados e que aparecem em sua memória. A repressão foi apontada somente por aqueles que tiveram algum contato com a repressão ou que a conheceram por meio da história daquele período, em geral pelos sindicalistas.

Comparando os relatos dos netos, lideranças sindicais e comunitárias entrevistadas observam-se alguns detalhes da informação que trazem à luz uma memória coletiva de luta e resistência.

A resistência é um aspecto muito enfatizado pelos netos. Existe um valor implícito que é a **luta pelos direitos**. É curioso que, mesmo afirmando não saber o motivo pelo qual os trabalhadores da Fábrica de Cimento fizeram a greve, eles acham “legal” terem lutado e enfatizam a luta pelos direitos: “eu acho legal porque lutaram pelos seus direitos” (Felipe); “eles tavam lutando pelos direitos deles... nem que fosse durar vários anos, eu acho que eles tavam certos” (Deise); eles apóiam a persistência dos trabalhadores na luta “acho que eles devem resistir, eu sou favorável sim... alguém tem que se levantar, num pode colocar o cabresto em todo mundo e todo mundo ficar quieto e num importa se leva tempo” (Eduardo); “eles foram até o fim” (Felipe). Para os netos, os avós estavam cientes de sua luta, por isso persistiram na greve. A idéia da persistência e da certeza da vitória é muito forte: “é a resistência na verdade, acho que ela é a força que te leva... acho que isso é uma questão de caráter até porque a pessoa persiste naquilo, né, ela não é só um ideal é uma questão de ganhar mesmo e eu acho que foi isso mesmo que aconteceu, as pessoas resistiram, né, criou-se uma união muito forte pra essa resistência” (Sonia).

A idéia de que a greve foi um acontecimento grandioso, que extrapolou os limites do bairro de Perus é um aspecto importante, apontado por netos e sindicalistas. Para eles a greve não abalou só Perus, “abalou na verdade o país porque era uma fábrica, era muito grande, enorme, conhecida, né. Ela tinha um certo poder aquisitivo, de história também... acho que comoveu muita gente” (Sonia). A greve projetou a região toda: “Porque na época projetou, né, a região aqui, né. Acho que na imprensa as pessoas falavam, diziam que iam fazer greve de fome lá no centro, não sei se na Praça da Sé ou na Praça da República, mas eles iam fazer e projetou” (Eduardo). Netos e sindicalistas destacam a repercussão da greve em todo o país e até inter-

nacionalmente. Como acontecimento grandioso, os netos “consagram” o evento reconhecendo os Queixadas, não como um simples grupo de trabalhadores, mas como “uma nação” grande, forte e vitoriosa:

Ah, representam uma nação que acabou vencendo a todos, né. Todos eram pequenos, mas juntaram e ficaram grandes, fortes, né, e acabou dando no que deu, né. Passaram anos de greve, eu não sei exatamente quanto foi o tempo, né. Foram anos de greve e eles acabaram conseguindo, né? (Felipe)

A ação dos Queixadas na greve é recordada pelas lideranças sindicais. Esse é um detalhe muito peculiar de um grupo que também vivenciou situações semelhantes – piquete e polícia são uma realidade típica em greves e, portanto, essa informação tem extrema relevância:

Eu acho que é o seguinte, eu vejo, eu vejo assim que daquela época pra cá, passou muita água debaixo da ponte, né, muita coisa passou, muita coisa tá documentada, muita coisa tá sem documento nenhum, só na lembrança e na memória de alguns, né. Fatos assim, por exemplo, como você tá de noite no piquete, né, a gente via isso, eu não tava dentro da greve, eu não trabalhava na Perus na época e, você ver a polícia chegar e cercar esse piquete e pedir documento pra todo mundo como se eles não conhecessem, né, são coisas que a gente fica, né, que pode passar o tempo que for que a gente vê, mas eles no contexto da greve deles, foi uma greve diferenciada a nível nacional e até a nível mundial, essas coisas a gente fica, fica sempre pensando nisso, tá sempre, quando tem oportunidade, tá conversando com os outros, né? (Armando)

Armando parece tentar mostrar que quem experimenta uma realidade de greve não tem como não lembrar, pode passar o tempo que for que não esquece.

Gino compara as várias greves dos Queixadas, dá ênfase à greve que durou sete anos, considerando-a como a greve principal que, de fato, levou à conscientização dos trabalhadores:

É. Isso aí foi que eu queria situar, quais são as greves, né? Porque são, foram greves diferentes em momentos diferentes. A primeira greve, que foi quando surgiu mesmo os Queixadas, a primeira grande greve (...), eu acho que a importância foi de servir de conscientização para os trabalhadores e eles abriram os olhos de que a fábrica de cimento não era um paraíso que até hoje moradores de Perus dizem que é. Então eu acho que a importância nesse sentido de conscientização. E passando pelas greves até chegar a última de 86, aí nesse período nem, eu acho que a repercussão já foi menor porque a fábrica já tava com uma série de problemas, tanto que veio até a fechar algum tempo depois da greve. Inclusive, uma greve, que afinal, foi uma greve pra trabalhar pra vinda de matéria prima, você conhece a história. Então acho que essa última já não teve tanta repercussão pra Perus porque, por uma série de mudanças. Perus já tinha se tornado um bairro dormitório nesse período todo aí, e é muito grande. Mas voltando a greve principal a, que eu chamo principal que é a anterior... a mais

longa. Foi essa questão da conscientização mesmo. A formação dessa consciência de que a fábrica de cimento não era a mãe que apregoava ser. (Gino)

Já os detalhes apresentados pelas lideranças comunitárias não se referem à greve propriamente dita, mas aos prejuízos que a fábrica causava à saúde da população e ao crescimento do bairro. Elas se fixaram mais naquilo que presenciaram no bairro em relação à Fábrica de Cimento e reconhecem a importância histórica da greve, vinculando-a com a História de Perus. Esse reconhecimento histórico provém do que apreenderam na comunidade e na escola.

O valor histórico da Fábrica de Cimento – tombada como patrimônio histórico - também aparece como um detalhe importante mencionado por várias lideranças comunitárias:

Igual, pela comunidade, eu não sei as outras comunidades, né, mas a São Mateus é, o pessoal são bem assim em histórias, né. Eles, tenta deixar a história bem viva ainda, das coisas, né. E afinal de contas Perus, a História de Perus é a Fábrica de Cimento, né. A gente não tem assim outra, né? (Elenice)

As lideranças comunitárias vinculam a história do bairro de Perus à história da fábrica. É como se não existisse a história do bairro sem a fábrica:

Ah! tem porque inclusive é feito um trabalho na própria escola, né, a respeito dessa greve, né, da, enfim da fábrica mesmo. É feito um trabalho, então acho que é bom, principalmente pra gente que já chegamos numa época que já tinha passado tudo isso, né? Então tá recordando, né, o que aconteceu e é importante, né, porque faz parte da história do bairro, então é importante mesm. (Odila)

Nota-se que não só a greve, mas a fábrica em si é destacada como fato que contribuiu para o crescimento do bairro: “o bairro de Perus, ele cresceu em torno da fábrica” (Sonia); a greve “alavancou, ela foi uma alavanca pro bairro e daí pra frente cresceu muito...” (Sonia); “foi uma coisa que marcou, marcou a história” (Fred).

Os entrevistados consideram também que a repercussão foi grande a ponto de a escola discutir esse assunto durante anos: “eu estudei foi o que, treze anos aqui em Perus e acho que pelo menos sete anos sempre pintava isso em matéria de História, Geografia” (Felipe).

A greve repercutiu na época e repercutiu ainda nos dias de hoje. Para Elenice e Odila ainda há repercussão porque tanto a escola, como a comunidade fazem trabalhos sobre esse acontecimento.

Elenice acha que ainda repercutiu porque não foi esquecido, e acrescenta que, se as pessoas participam da comunidade onde essas coisas são sempre lembradas, então isso ainda mexe com as pessoas:

Ah eu acredito que sim, viu, porque é uma coisa assim que ficou, ficou na história, né... É um fato histórico e eu acho assim que, se é uma coisa que não foi esquecida, se tão sempre lembrando, por exemplo: os meus meninos, eu tiro por eles, né, porque eles vão, eles participam da comunidade, então sempre que tão passando um filme, que tão falando a respeito, então eles tão ali presente, então eu acredito que isso ainda mexe um pouco, tanto com as pessoas adultas que não participou, como os jovens que nasceram depois. (Elenice)

Ambas ressaltam que esse evento repercutiu ainda nos dias de hoje por ser um fato histórico. Esse parece um aspecto muito interessante, pois o fato de a greve ser lembrada tanto pelas comunidades como pela escola caracteriza o evento como um fato histórico, além de demonstrar que o reconhecimento social por outras instituições que não têm vínculo com os Queixadas permite a reconstrução da memória. E ainda a participação na comunidade, no grupo, como um elemento necessário que “mexe” com as pessoas que não participaram na época ou que nasceram depois da greve. O reconhecimento social pelas instituições, especialmente feito pela escola, coloca o evento como parte da História de Perus. As próprias lideranças comunitárias parecem fazer um movimento de passagem da memória para história. Isso se pode notar nos próprios relatos:

Inclusive na escola que os meus meninos estudam tiveram, eles tiveram uma aula, né, eles foram visitar a fábrica. Então tudo isso eles, é, eles ficaram conhecendo de como foi a história de Perus, né, como começou, porque que o nome, né. Eles fizeram uma pesquisa, então a gente acaba conhecendo por causa da escola. (Odila)

Não dá para negar que muito do impacto que essa greve ou a própria fábrica de cimento tem, ainda hoje, no bairro de Perus deve-se ao reconhecimento social proporcionado pela escola. Encontra-se essa referência tanto na fala das lideranças comunitárias, vistas acima, como na fala dos netos. Por exemplo, a fala de Maria e de Eduardo:

Que nem, no Gavião, na escola, aqui no Gavião Peixoto (...) o professor de geografia, (...), não só fez para minha classe, bastante gente apresentou, ele fazia a gente buscar cópias, xérox falando da, dessa greve lá no Sindicato, aí... né? (Maria)

É, e também quando eu tava na quinta série, na escola eles pediram uma pesquisa sobre a época e eu fui na Regional, fui na biblioteca, fui lá no sindicato, a gente foi colher os dados sobre, sobre o movimento. (Eduardo)

Ao resgatar o acontecimento da greve, a escola exerce um papel fundamental na manutenção da memória coletiva hoje. E isso, de alguma forma, é provocado pelo fato de a fábrica se manter naquele lugar.

Os netos demonstram que a greve e a própria fábrica proporcionaram grande impacto não só para a população local, mas chegando a atingir

o país como um todo e a opinião pública em geral, o que favoreceu o crescimento do bairro. Aqui parecem fortes os detalhes da informação apontados que não foram mencionados quando eles contaram o que sabiam da greve, detalhes que tanto podem ter sido adquiridos no seio da própria família como na escola.

O grupo exerce uma função importantíssima, segundo Halbwachs (1990), pois é a partir dos grupos com os quais tiveram “pontos de contato” que se reconstrói a memória dos eventos passados. Assim, netos e lideranças assumem o ponto de vista dos grupos com os quais estão identificados socialmente (família, comunidade, escola, sindicato). Nesse sentido, a memória vai revelando a identidade social desses netos. Isso reforça a influência da cultura na constituição da identidade social, as opiniões, valores, visões, significados que são adquiridos através dos outros, como aponta Tajfel (1982).

Ao falarem do impacto da luta dos Queixadas, na época, os sindicalistas acreditam que a greve atingiu mais os próprios trabalhadores, servindo para conscientizá-los e para manter as conquistas que os Queixadas haviam feito antes de 1962; “essa greve foi um marco exatamente por causa disso porque eles conseguiram manter o que eles já tinham, né... o salário família” (Armando) e também pelo reconhecimento internacional: “Perus ficou mais conhecido internacionalmente por causa da greve... com a greve houve o reconhecimento internacional” (Armando).

A greve também potencializou as pessoas para a ação: “A greve dos Queixadas... beneficiou todos em Perus... todos se descobriram com possibilidade de fazer alguma coisa ... O pessoal se descobriu né, descobriu que podia lutar, que podia fazer alguma coisa para mudar as coisas” (Silvio).

“Serviu de conscientização para os trabalhadores”, “serviu para manter as conquistas dos Queixadas”. Essas frases demonstram como essas memórias se vinculam diretamente à experiência grupal, à identidade social. Os sindicalistas não deixam de assinalar a repercussão que teve para opinião pública da época, mas principalmente enfatizam o impacto dessa greve para os próprios trabalhadores, pois essa greve levou à tomada de consciência, à possibilidade de manter suas próprias reivindicações, fez com que estes percebessem sua capacidade de ação coletiva. Observa-se que essa memória revela um conteúdo político muito característico do discurso sindical e demonstra como esse grupo, com o qual eles se identificam, exerce um impacto sobre a própria identidade dessas lideranças sindicais.

Para as lideranças comunitárias a greve teve importância para o bairro repercutindo na população. Elenice falou da greve, dizendo não saber se os trabalhadores receberam os salários atrasados ou não. Por outro lado, implicitamente, parece admitir saber que receberam, ao dizer que muita gente melhorou de vida e, segundo ela, se as pessoas melhoraram, o bairro também melhora:

“Eu sei que, eu não tenho bem certeza se o pessoal daquela época, se eles receberam... se eles chegaram receber o atrasado que eles tinha pra receber, né. Mas eu sei que muita gente, nesse caso aí, melhorou, né. Então, se as pessoas melhorou, o bairro instantaneamente melhora junto, né? (Elenice)

As lideranças comunitárias destacam a importância da greve como possibilidade de reivindicar direitos de forma organizada e não violenta: “(...), porque eu acho que através da greve, né, que a pessoa vai tá reivindicando seus direitos, então é uma importância muito boa, acho a questão da greve, desde que seja uma coisa organizada, né, preparada e sem violência eu acho muito bom.” (Odila).

Notamos ainda que a memória coletiva das lideranças comunitárias está centrada no componente de consciência política<sup>7</sup> voltado para a estrutura social, na qual as pessoas atribuem significados a situação social enquanto que na memória dos netos e a identificação social nos netos é o elemento mais forte. No caso dos sindicalistas essa identificação com os Queixadas é acompanhada de um forte sentimento de classe, nos quais componentes da consciência, como interesses e antagonismos, estão muito presentes. Observa-se nos relatos dos sindicalistas como é forte a consciência de que são da classe trabalhadora e têm direitos para reivindicar:

Esse sindicato que ainda é motivado com a greve dos Queixadas, né, com a greve de 62, com os ensinamentos que a gente aprendeu, né, que ainda tem alguns diretores do sindicato aqui que seguem ainda a mesma instrução que era antes. Era a instrução dos Queixadas, que era o sentimento de classe, que era saber quem era o patrão e quem era o pião. Era a diferença que eles tinham, e um dos mandamentos era este: o patrão pode ser muito bom, mas ele é o patrão, né? (Armando).

Percebe-se que os sindicalistas têm um discurso de classe muito claro, poder-se-ia dizer que têm um discurso classista, enquanto que os outros, netos e lideranças comunitárias, têm um discurso de classe que reconhece as diferenças entre as classes, identifica classes sociais, mas não aborda temas classistas. É um discurso que fala de injustiças, de reivindicação de direitos de uma forma mais abrangente, diferente da forma como os sindicalistas falam no assunto.

Vale ressaltar que se encontram três discursos diferentes de antagonismos de classe: o dos sindicalistas que está fundamentado no sentimento de classe trabalhadora, o saber “quem é o patrão e quem é o pião” (Armando); o discurso dos netos, que é bem personificado, no sentido de que se referem às injustiças cometidas contra os avós e indiretamente contra os trabalhadores. É um discurso bem situacional, no qual eles vêem a situação

<sup>7</sup> A referência é o modelo de consciência política de Sandoval (2004) que é constituído de quatro componentes: Identidade Social, Estrutura Social, Interesses e Antagonismos e Predisposição para intervenção (SANDOVAL, 1994a). Esse modelo foi ampliado pelo autor, em 2001 (SANDOVAL, 2001).

dos avós; e o discurso das lideranças comunitárias que, semelhante ao dos netos, reconhece as injustiças e os direitos de uma forma mais ampla: “eu acho que através da greve, né, que a pessoa vai tá reivindicando seus direitos”. (Odila).

Esses discursos são construídos no interior dos grupos com os quais se identifica e com base nos quais reconstrói a memória. Nesse sentido, a memória coloca em contato com diferentes grupos: “desde o momento em que nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir nosso passado com o seu...” (HALBWACHS, 1990, p. 28). Segundo esse autor, conforme se afasta dos grupos, as lembranças pouco a pouco podem ser diluídas. Se, no entanto, se permanecer em relação com aqueles que fizeram parte de um mesmo grupo, as lembranças são facilmente conservadas.

A memória construída por netos, lideranças sindicais e comunitárias é uma memória da resistência, do engajamento dos trabalhadores na luta contra a exploração numa perspectiva de mudança social e não num sentido conservador, em geral fomentado por instituições oficiais. Isso, de alguma maneira, demonstra o comprometimento do sindicato, das comunidades e da escola local com os movimentos sociais e aqui vale ressaltar os projetos organizados por várias escolas em Perus, envolvendo a participação com movimentos populares e comunidades eclesiais de base. A memória resgata o acontecimento real, aquilo que é vivido pelo grupo ou indivíduo e, neste sentido “atende a um processo de mudança ou conservação” (MONTE-NEGRO, 1994: 19).

O grande **Legado da Greve de Perus** é a construção de uma **memória coletiva de luta e resistência**, que é também expressão da vitória dos trabalhadores contra os atos repressivos e contra as injustiças que sofreram. A resistência superou a repressão! Talvez porque nas memórias “contadas”, o que foi sendo transmitido de geração para geração foi aquilo que estava no centro da identidade Queixada: a **“firmeza permanente”** - a resistência; resistência essa que tem, para as gerações atuais, um significado de se contrapor às injustiças sociais e às formas de repressão, pois até hoje eles são referenciais de união, organização, solidariedade, ou seja, o oposto àquilo que a sociedade neoliberal atual promove como valor.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ANSARA, S. *Repressão e lutas operárias na memória coletiva da classe trabalhadora em São Paulo*. 2000. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. Memória coletiva: um estudo psicopolítico de uma luta operária em São Paulo. *Revista de Psicologia Política*. Belo Horizonte, 1 (2): p. 29-52, 2001.

\_\_\_\_\_. *Memória política da ditadura militar e repressão no Brasil: uma abordagem psicopolítica*. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

BOSSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

GONÇALVES, A. J. “Perus”: a violência dos pacíficos — “uma nova arma para uma velha luta. 1989. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

JESUS, M. C. (Org.). *A força da não-violência ativa: a firmeza permanente*. São Paulo: Loyola-Veja, 1977.

\_\_\_\_\_. Cimento Perus – 40 anos de ação Sindical transformam velha fábrica em Centro de Cultura Municipal. *Cadernos para Mudar 2*. JMJ, 1992.

MONTENEGRO, A. T. *História oral e memória – a cultura popular revisitada*. Coleção Caminhos da História. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1994.

PAOLI, M. C. Memória, História e cidadania: o direito ao passado. In. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento Patrimônio Histórico, 1992.

*Revista do Arquivo Municipal – Memória e Ação Cultural – PMSP/SMC/DPH, nº 200, 1991.*

SANDOVAL, Salvador. Algumas Reflexões sobre Cidadania e Formação de Consciência Política no Brasil. In. SPINK, Mary Jane. *A Cidadania em construção, uma Reflexão Transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994a.

\_\_\_\_\_. *Os Trabalhadores Param – Greves e Mudança Social no Brasil: 1945-1990*. São Paulo: Ática, 1994b.

\_\_\_\_\_. The crisis of the Brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s. *Revista de Psicologia Política*, Belo Horizonte, 1(1), p. 173-195, 2001.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: *De Castelo a Tancredo – 1964-1985*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

TAJFEL, Henri. *Grupos humanos e categorias sociais II*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.